



Anais da Assembléia

Nº 83

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 122ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1975

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Antonio Facci, Basílio Zanusso, David Federmann, Edilson Alencar, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Rosário Pitelli, Werner Wanderer, Dácio Leonel e Ernesto Dal'Oglio (27); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRARODINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

VOTAÇÃO ÚNICA - da Proposição nº 107/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 111/74, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo conceder auxílio Cr\$ de 151.448,33 (cento e cinquenta e hum mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos), ao município de Arapongas na forma que especifica. Parecer da CCJ pela manutenção do veto.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.
Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

O SR. MUGGIATI FILHO - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - Deferido

(É feita a verificação).

Não há quorum para votação.

O SR. GABRIEL MANOEL - Requeiro a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE Deferido.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 18 Srs. Deputados. Não há quorum.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, às 14:00 horas, com a mesma Ordem do Dia.

levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Mauricio Fruet.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Ernesto Gnoato, e David Federmann (achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Luiz Alberto Soares, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

39/75

Curitiba, 04 de agosto de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Encerramento da Sessão Ordinária de 12 de Agosto de 1975.

celebrado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o Conselho Nacional de Faixa Cidadão, com o objetivo de aumentar os meios de radiocomunicação para a defesa da ordem pública e segurança da família paranaense.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitere a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

aa) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado.
– À Comissão de Constituição e Justiça.

40/75

Curitiba, 04 de agosto de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para os fins constitucionais a inclusa cópia autêntica do Acordo Especial nº PR/14, celebrado em 14 de abril de 1975, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e Comércio e o Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho e Coordenação Estadual do programa intensivo de Preparação de Mão-de-obra - PIPMO, objetivando a realização de treinamentos de mão-de-obra.

O inetresse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitere a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado.
– À Comissão de Constituição e Justiça.

44/75

Curitiba, 04 de agosto de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados com os municípios abaixo, objetivando dar cumprimento ais dispositivos do Código Nacional de Trânsito, nas áreas dos questionados municípios:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Cascavel	28/05/74
Cianorte	10/07/74
Cruzeiro do Oeste	05/07/73
Ibaiti	10/06/74
Maringá	18/07/73
Paranaguá	08/08/73
Toledo	15/08/73
Apucarana	23/01/75
São Mateus do Sul	14/03/75
Mal. Cândido Rondon	10/12/75

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitere a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado.
– À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os nºs 161, 162/75, do Sr. Governador do Estado, no

qual comunica haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs.

112/74:

Do Sr. Deputado JOSÉ MUGGIATI FILHO, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE MUNHOZ DE MELLO, o qual convertido em Lei tomou o nº 6.691. – Agradeça-se.

06/75:

Do Sr. Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na cidade de Boicaiúva do Sul, o qual convertido em lei tomou o nº 6693. – Agradeça-se.

186/74:

Do Sr. ex-Deputado FRANCISCO BORSARI NETTO, que denomina ESTAÇÃO ENG. ROZALDO GOMES DE MELLO LEITÃO, a Estação Ferroviária no Km. 54 da Estrada de Ferro Central do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 6692. – Agradeça-se.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 98/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO FARID SURUGI, com sede nesta Capital.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1975.

a) ACCIOLY NETTO.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Farid Surugi que, com o presente plano de lei se pretende seja declarada de Utilidade Pública, preenche todos os requisitos constantes no Decreto Federal 50.517, de 02 de maio de 51, e Lei Estadual 4399, de 17 de agosto de 61, estando regularmente registrada e prestando relevantes serviços à coletividade, sendo que não visa lucro e nem distribui dividendos ou gratificações a seus Diretores, os quais exercem essas funções em caráter gratuito.

Os familiares do falecido ENG. FARID SURUGI, no sentido de concretizarem antigo desejo seu, eis que já vinha mantendo uma creche com atendimento médico-ambulatorial, aos funcionários da firma FARID SUGURI S/A – ENGENHARIA-CONSTRUÇÕES e de suas subsidiárias, atendimento esse estendido aos familiares dos mesmos, em setembro de 1971, instituíram uma fundação que, numa justa homenagem ao seu idealizador, passou a denominar-se FUNDAÇÃO FARID SURUGI. Para dar corpo à mesma, dando-lhe, assim, personalidade jurídica, fizeram a doação do imóvel à rua Silva Jardim 4286 e 4278 para que ali passasse a funcionar a fundação e atender as seguintes finalidades, sem qualquer outro objetivo senão o de dar melhores condições humanas àqueles que, laboriosamente, colaboram para o desenvolvimento das firmas pertencentes ao grupo FARID SURUGI S/A ENGENHARIA - CONSTRUÇÕES.

a) complementarmente, prestar assistência social e previdenciária aos seus empregados, de todas as categorias, e a seus familiares, principalmente às crianças;

b) recreação e bem estar social;

c) proteção na velhice, na invalidez, viuvez e na orfandade, assegurando-lhes a mais completa assistência médico-farmacêutica;

d) estabelecer convênio, em regime de reciprocidade, com entidades congêneres, bem como acordos com instituições previdenciárias de caráter oficial, e hospitalares;

- e) a sua ação deverá distinguir-se pela rapidez dos auxílios, tão amplos quanto permitirem seus recursos financeiros,
- f) auxílios complementares de aposentadoria, montepio ou pensões,
- g) assistência médico-hospitalar, dentária, farmacêutica, amparo às gestantes, proteção e cuidado às crianças,
- h) fundação de uma cooperativa de consumo,
- i) Caixa de empréstimos de emergências,
- j) Auxílio de férias,
- l) quaisquer outras obras e serviços que tenham caráter social, na medida das disponibilidades financeiras,
- m) **PARÁGRAFO 1º DOS ESTATUTOS** - "pagamento complementar das aposentadorias e pensões oficiais até os níveis dos respectivos salários poderá ser feito quando o funcionário, se invalidar ou falecer no exercício de suas funções"
- n) aos empregados com mais de 10 anos de serviço na Empresa.

I) Empréstimos sem juros, mas sujeitos a correção monetária;

II) Empréstimos para construção de casa própria em quantia e prazo de resgate que serão fixados em regulamento próprio a ser elaborado.

A fim de ter condições de receber doações que permitam exercer a finalidade a que se propõe, e permitir aos doadores o benefício do desconto em sua declaração do imposto de renda, a Fundação deverá ser reconhecida como de utilidade pública nas esferas federal, estadual e municipal, fato esse previsto no Art. 5 da Escritura Pública de sua instituição.

Dentro de suas atividades ambulatorial e acompanhando o desenvolvimento e crescimento das empresas que constituem o grupo econômico FARID SURUGI, o seu ambulatório médico, que presta assistência cotidiana aos funcionários e dependentes, vem experimentando um movimento cada vez mais intenso, havendo época em que esse movimento é tão inusitado que houve necessidade de aumentar de uma hora o expediente para poderem ser atendidos, todos os que dele se socorrem. Quando se trata de funcionários, estes são encaminhados mediante guia fornecida pelo escritório central, com a finalidade de exercer fiscalização e controle indispensáveis, porém, quando se trata de dependentes, estes se encaminham diretamente, munidos de documentos que comprovem essa qualidade para serem atendidos. Para atendimento desse pessoal, o ambulatório conta com médico clínico e médico pediatra, auxiliadas, cada um, por uma enfermeira de sua especialidade.

A farmácia, que funciona anexa ao ambulatório, tem sido de grande valia para a maioria absoluta dos enfermos, que se beneficiam com tal recurso, sem desembolsar nenhum centavo, eis que essa medicação lhes é fornecida absolutamente grátis.

Para u'a melhor avaliação do quanto representa o trabalho desenvolvido pelo ambulatório, passamos a demonstrar, estatisticamente, o atendimento somente no primeiro trimestre do corrente ano:

No mês de JANEIRO/75:

Homens	360
Mulheres	29
Dependentes	3
TOTAL DE JANEIRO:	416

no mês de FEVEREIRO/75:

Homens	656
Mulheres	51
Dependentes	18
TOTAL DE FEVEREIRO:	725

No mês de MARÇO/75:

Homens	764
Mulheres	48

Dependentes	55		
TOTAL DE MARÇO:	867		
Injeções Aplicadas	293	653	684
Curativos e pequenas cirurgias	00 86	285	355
Medicamentos distribuídos, em unidades	2.426	2.363

A Fundação Farid Surugi encontra-se devidamente regularizada, com registro nº 3233 em 19/06/74, no 1º Registro de Títulos e Documentos, com seu registro na Secretaria da Receita Federal já deferido para isenção de pagamento do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Comissão Especial Pró Implantação do Polo petroquímico enviou, em data de 18 de julho do corrente ano, um telex ao Exmo. Sr. Presidente da República, dizendo da posição da Assembléia Legislativa do Paraná e mais particularmente através de sua Comissão Especial para implantação do Polo Petroquímico e recebeu de S. Exa., o Sr. Presidente da República, a resposta hoje, nos seguintes termos:

"Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - Curitiba.

Referência telex enviado Exmo. Presidente da República, informamos, pedimos transmitir demais signatários que, assunto Polos Petroquímicos para atender necessidades nacionais, encontra-se atualmente em fase de estudos por Comissão constituída pelos Secretários Gerais dos Ministérios de Minas e Energia, Indústria Comércio Fazenda Planejamento. Tão logo estudos concluídos comunicaremos V. Exa.

Cordiais saudações,

Arnaldo Rodrigues Barbalho.

Secretário Geral do Ministério Minas Energia".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para colocar Ss. Exas. a par do trabalho que vem desenvolvendo a Comissão Pró Implantação do Polo Petroquímico, é que fazemos, desta tribuna, a leitura dos termos do comunicado presidencial.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE. - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fideleto Tolentino - (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem aconteceu mais um capítulo do grande milagre brasileiro, e aconteceu aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na Casa Parlamentar do povo paranaense. Aconteceu o milagre de reunir a representação governista somando 19 Deputados Estaduais, 19 representantes do povo do Paraná, para votarem contra um requerimento deste Deputado que, solicitava do Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social do Paraná, que fim levou cobertores e flanelas, agasalhos portanto, enviados a Ribeirão do Pinhal, entregues especialmente ao advogado Carlito Thomé, daquela localidade e ao Prefeito Municipal daquela comunidade municipal. Aconteceu mais um milagre brasileiro, que não se permite que se esclareça ao povo, a forma que estão dando na aplicação do dinheiro do povo do Paraná. Não se deve incomodar os detentores da economia popular do Paraná, cabe a eles, levarem, destinarem, desenvolverem nas condições que acharem conveniente, a aplicação do dinheiro do povo. Mas nós estamos satisfeitos porque cumprimos o dever, o dever de representar a vontade do povo, requerendo esclarecimentos sobre a aplicação deste dinheiro, porque entendemos que dinheiro que faz parte do erário público, de Governo, pertence exclusivamente

te ao povo, à comunidade. E hoje, nesta oportunidade, encaminhamos à Mesa mais um requerimento referente também a dinheiro do povo, muito especialmente dinheiro destinado a atendimento dos menos favorecidos pela sorte, a atendimento de irmãos doentes, irmãos desprovidos de recursos, sem capacidade econômica para comprar um lenitivo, uma gota de remédio que poderia diminuir a dor da enfermidade.

Refere-se nosso requerimento a pedido de informações sobre fatos que ocorrem na mesma localidade, no município de Ribeirão do Pinhal.

O requerimento está assim condicionado: (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidas por lei, e tendo em vista, denúncias recebidas do município de Ribeirão do Pinhal, requer, após ouvido o plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Negócios da Saúde e Bem Estar Social, solicitando de forma urgente, informações sobre a distribuição de medicamentos naquela localidade, se está sendo procedida através da Unidade Sanitária local.

Em caso negativo, informar por quem e por que forma vem sendo distribuído tais medicamentos.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1975”.

Sr. Presidente, nós não criamos a novela. Nós participamos do capítulo da criação desta triste novela e a cada dia que passa chegam às nossas mãos fatos estarrecedores, acusações contra Secretarias de Estado que deixaram de cumprir com seus deveres como participantes da administração de um Governo.

Iremos apresentando requerimentos e que o milagre brasileiro se repita nesta Casa, que nossos requerimentos sejam sempre votados, sejam sempre vencidos pela influência destes poderes militantes. O importante é que estamos recebendo estas denúncias, recebidas e que, acima de tudo, são estarrecedoras.

Repetimos, medicamentos encaminhados pela Secretaria da Saúde e Bem Estar Social estão sendo distribuídos por pessoas inescrupulosas que estão fazendo, acima de tudo, o jogo político com pessoas indigentes, o que não admitimos. Continuaremos com nosso trabalho porque acreditamos que estaremos assim, cumprindo com nosso dever. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos a tribuna hoje por dois motivos.

O primeiro deles é em nome da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa para, em face da premência de tempo, não ter sido possível um convite por escrito, convidar os Srs. Deputados para a reunião que se realizará amanhã, da CCJ., na qual estará presente o Sr. Secretário da Administração. Oportunidade em que se debaterá mensagem recentemente chegada à Assembléia, dispondo sobre a criação da EMOPAR, empresa pública à qual estará afeta a administração e execução de obras públicas.

Como se trata de matéria de interesse geral, e também porque cria uma situação nova na administração do Estado, é que tomei a liberdade, em nome da Comissão, de convidar os Srs. Deputados para que, amanhã, na presença do Sr. Secretário de Administração, debatam o teor da mensagem, seu significado, seus objetivos e, sobretudo seus fundamentos.

Quero dizer também que, como nesta Legislatura não se admite mais a improvisação, também estou pensando em formular convite a professor de Direito Administrativo, para que compareça, em outra data, à Comissão de Constituição e Justiça, para conosco debater a questão das empresas públicas que surgiram com o Decreto-Lei 200. Exatamente para que quando for exarado parecer nesta Mensagem Governamental, tenham os Srs. Deputados, uma amplitude de conhecimentos, tanto quanto de aspecto jurídico, como o que concerne às situações práticas que

a nova entidade pretende estabelecer em todo o Estado.

O segundo motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que trouxe a apreciação desta Casa um projeto de lei dispondo sobre a declaração de utilidade pública. Esta declaração de utilidade pública é objeto do projeto de lei, visa reconhecer, por esta Casa, e pelos representantes do povo que aqui têm assento, os relevantes serviços prestados pela Fundação Farid Surugi (já expresso no Projeto de Lei).

Esta fundação encontra-se devidamente regularizada por registro sob nº 3233 de 19 de junho de 1974, no 19 Registro de Títulos e Documentos e com seu registro na Secretaria da Receita Federal já deferido para dispensa de pagamento de imposto de rendas. Este o projeto, e são estas as características da Fundação que ora submeto à apreciação da Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos recebendo do vizinho município de Cianorte um agradecimento do Sr. Prefeito Municipal daquela localidade, das autoridades constituídas daquela região, para que em nome daquele quadrante do Paraná, transferíssemos através de nossos pronunciamentos o reconhecimento e a gratidão daquele povo, pela presença dos Srs. Deputados, através de uma competição esportiva, realizada no aniversário daquele município.

Verificamos que os componentes daquela comunidade, transferindo a nós, que orgulhosamente representamos junto com o Deputado daquela região Hélio Manfrinato, a satisfação de termos nós, além dos debates desta Casa, além das contribuições políticas que todos nós indiretamente fazemos, também fora desta Casa, através da presença dos Srs. Deputados em festas filantrópicas, como aquela que foi desenvolvida em Cianorte, os Deputados do Paraná contribuem de uma forma ou outra para esta ou aquela instituição de caridade.

Ao registrarmos esse agradecimento que vem daquela região, queríamos também fazê-lo em nome dos Srs. Deputados, à Viação Garcia que, gentilmente, cada vez em que é solicitada, atende o nosso pedido e transporta a equipe desta Casa.

Em nome de Cianorte queríamos transferir o agradecimento não somente aos Deputados que lá estiveram, mas à totalidade desta Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cumprindo as obrigações de vice-líder e recebendo hoje a incumbência do nosso eminente líder, Deputado Ivo Thomazoni, é com satisfação que ocupamos a tribuna, nesta tarde, para trazer as informações solicitadas pelo eminente Deputado Luiz Carlos Zuk com referência à atuação da SANEPAR na cidade de Ponta Grossa.

“Estão sendo desenvolvidos estudos para recuperação e ampliação da estação de tratamento de água.

O valor do acervo patrimonial está sendo definido por Comissão de Avaliação composta por membros da Prefeitura e SANEPAR.

A SANEPAR já procedeu uma avaliação baseada em balanços fornecidos pelo SAB, mas, a avaliação definitiva está sendo feita por uma comissão mista composta por dois elementos da SANEPAR e os demais da Prefeitura.

“Coleta de Esgotos Sanitários.

Relatório Técnico Preliminar elaborado pela firma ENCI-BRA — em análise na SANEPAR — será encaminhado ao BNH para aprovação.

O investimento previsto é de Cr\$ 78.000.000,00.

O investimento já efetuado é de Cr\$ 1.132.670,55”.

Com referência ao prazo, ao compromisso assumido pela SANEPAR tenho a dizer que eles seriam iniciados até o dia 15 de setembro do corrente ano. Conforme informação que nós já pudemos adiantar na quinta-feira, o prazo será dilatado dada a alteração do cronograma procedido pela SANEPAR, mas que estão sendo envidados esforços para que sejam executados os serviços na cidade de Ponta Grossa e tão logo aprovado este relatório técnico preliminar será encaminhado ao BNH e feita a liberação dos recursos será dado início ao serviço. Tenho a satisfação de passar às mãos do eminente Deputado cópia do relatório fornecido pela SANEPAR.

Com referência à cidade de Cascavel temos em mãos as informações solicitadas pelo eminente Deputado Fidelcino Tolentino. Vou deixar de ler, dado o pouco tempo que nos resta, o ofício encaminhado pela Câmara Municipal à Diretoria da SANEPAR, através do qual comunica a aprovação de um voto de aplauso pela Câmara Municipal de Cascavel à SANEPAR pelos serviços desenvolvidos e pelas informações que foram prestadas, naquela Câmara, por elementos da SANEPAR.

Com referência à cidade de Verê, também solicitadas informações pelo eminente Deputado Tolentino, temos a dizer que o que aconteceu é que no contrato o município de Verê se comprometia a efetuar o pagamento de sua parcela, correspondente a 25 por cento do valor do contrato, tão logo fosse iniciado o serviço pela SANEPAR. No entanto, aquele município pagou antecipadamente a importância e no contrato a SANEPAR se obrigava a iniciar o serviço para depois, então, receber as parcelas. O projeto já está aprovado e em fase de verificação, também, pela SANEPAR o qual passo às mãos do Deputado. Deixamos de ler o relatório dado o tempo que nos resta. Estas as informações que tinha a fazer a esta Casa. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao primeiro orador para o Grande Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Sem pretender polemizar, Sr. Presidente, ocupo a tribuna para requerer, Sr. Presidente, a inserção nos Anais desta sessão, de uma manifestação subscrita por cerca de 150 funcionários deste Poder, expressando estranheza às afirmações feitas da tribuna desta Assembléia, na sessão do dia 8 próximo, por um Sr. Deputado. E quando digo, Sr. Presidente, que não pretendo polemizar, quero significar que o pedido de transcrição tem o único objetivo de registrar o inconformismo daqueles que diuturnamente têm possibilitado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o funcionamento digno das responsabilidades que lhe são atribuídas, procurando desenvolver um trabalho voltado para os altos interesses da coletividade brasileira que habita as terras paranaenses.

As afirmações de que este Poder tem elevado e excessivo número de funcionários, número citado que não corresponde com a realidade, cotejando com o efetivo do Congresso Nacional também citado e que não corresponde à verdade, induzem a que este Deputado solicite que conste dos Anais da Casa, transcrito portanto no Diário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, este documento, para que possamos fazer justiça a uma classe operosa que todos conhecemos, embora não remunerada a contento porquanto nenhum servidor do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, civil ou militar, consegue receber do Governo a correspondência ao seu trabalho, nos mesmos níveis inflacionários. E por considerar, Sr. Presidente, que respeitamos acima de tudo a figura do parlamentar que fez as afirmações, por conhecermos nele qualidades inatas de homem público, de legislador e também de bom amigo, e por entender que a afirmação foi feita no calor do debate de matéria controvertida quando os ânimos nesta Casa eram os mais acirrados, é possível que não empreste Sua Excelência, hoje, a mesma validade àquelas afirmações feitas, como disse, quando matéria controvertida acirrava

os ânimos dos presentes neste plenário naquela sessão.

Tão somente para significar que nesta Casa tem assento ilustres deputados estaduais aqui conduzidos pela vontade expressa das urnas pelo voto direto e universal por grande parcela da população paranaense, e que tem também a condição, além de representante do povo, de pertencerem ao quadro de funcionários da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, é que me permito, sem ferir a dignidade do eminente deputado, o direito de, em seu nome, solicitar a transcrição com o voto pessoal de reconhecimento pelo valor que tem o funcionário da Assembléia Legislativa do Estado, aqueles que servem os gabinetes da ARENA e MDB, aqueles que estão adidos aos gabinetes, ou na mais modesta das suas atribuições, desde a portaria, do elevado, até o mais responsável.

De todo o trabalho desta equipe, dependemos nós, deputados estaduais para o sucesso e desempenho de nossas missões.

O SR. ACCIOLY NETO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, existem na vida de um homem alguns fatos, algumas situações, das quais ele sempre terá um orgulho desmedido.

Quero aproveitar a oportunidade deste seu pronunciamento, para fazer constar nos Anais desta Casa, que uma das coisas de que mais tenho orgulho, é de ser funcionário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Tenho, nesta Casa, antes do exercício deste mandato, dez anos de serviços.

E nesta década, Sr. Deputado, Ivo Thomazoni, tive a feliz ocasião de poder observar, quanto um poder deve, do mais humilde ao mais graduado funcionário.

Não acredito que a crítica feita, tenha sincero propósito de dirimir a conduta que sempre foi exemplar, a capacidade de trabalho que nunca foi desmentida, a integridade moral que nunca foi entestada, de cada um dos funcionários da Assembléia Legislativa. A Assembléia Legislativa do Paraná é seguramente aquela que entregou ao seu Estado e à própria Nação, relevantes serviços. Aqui mesmo, neste plenário, têm assento deputados que começaram sua vida pública no exercício de funções burocráticas nestas Casa, dois deles da maior expressão, Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira e Adalberto Daros.

Fora de nosso Estado existem funcionários que prestam serviços formidáveis à Nação, como Antonio de Oliveira que se encontra à disposição do Ministério do Planejamento e hoje é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a maior autoridade em Orçamento em todo o País. E ainda recentemente, para orgulho de nós, funcionários da Assembléia, veio ao Paraná para pronunciar uma conferência no Tribunal de Contas.

Não acredito, volto a afirmar, que a crítica que aqui se fez tenha sido verdadeira em seu conteúdo. Penso até que foi muito mais um desabafo. Porque se tivesse o Sr. Deputado que fez a crítica que ele próprio aqui pudesse estar fazendo a crítica, seríamos os primeiros, juntamente com a voz abalisada de V. Exa., a protestar.

Apenas o aparteei para manifestar a minha estranheza quanto a tal crítica e para consignar, alto e bom som, que tenho orgulho de ser funcionário da Assembléia e mais orgulho dos funcionários que a Assembléia tem. Obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI - Agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. EDILSON ALENCAR - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Ivo Thomazoni, acompanho com bastante atenção a fala de V. Exa., mas, em contrapartida, não poderia calar-me neste momento quando V. Exa. se referiu à não existência, no Poder Legislativo, de excesso de funcionários.

Nós, que já tivemos a oportunidade, nesta Casa, de citar algumas irregularidades, algumas anomalias funcionais, não poderíamos deixar, nesta hora, de trazer mais uma vez a esta Casa

e ao Paraná, para que o povo saiba, que no Poder Legislativo existe realmente excesso de funcionários.

Tenho em mãos, nobre líder do Governo, um jornal arenista de Assis Chateaubriand, o Clarim, que traz a notícia de que a funcionária Floraiza Alvarez, oficial do Registro Civil de Assis Chateaubriand, esposa do ex-Prefeito Alvarez, que atualmente reside em Maringá, presta serviços na Assembléia Legislativa do Paraná.

Quero ler a V. Exa. e aos nobres deputados, a seguinte manchete. (Lê)

"Cartorária de Assis na Assembléia Legislativa.

Por ato de S. Exa. o Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, foi colocada à disposição da Assembléia Legislativa do Estado a Senhora Floraiza Alvarez, oficial de Registro Civil de Assis Chateaubriand, que acaba de transferir sua residência para Maringá.

Sendo assim, passou a responder pelo expediente do aludido ofício de justiça, nesta comarca, a Senhora Antônia del Favari.

Enquanto isso, é Assis Chateaubriand que aparece nos anais lá de cima, onde os seus valores são aproveitados em altas funções dos órgãos superiores"

Perguntaria, Sr. Deputado, onde está trabalhando a funcionária Floraiza Alvarez, se percebe do Poder Legislativo, conforme nota oficial do jornal oficial da Arena de Assis Chateaubriand?

É contra essas anomalias, essas anormalidades, é que estaremos sempre presentes.

Sr. Deputado Ivo Thomazoni, somos favoráveis aos funcionários, àqueles que prestam serviços ao Estado do Paraná, dando, ao Estado, sua contribuição sagrada, com seu trabalho dedicado. Mas, jamais poderemos estar ao lado dos funcionários que não prestam serviços ao Estado, apenas recebendo dos cofres públicos indevidamente, quando muita gente, querendo trabalhar, é privada de o fazer.

Essa a nossa advertência, neste aparte, e espero estar contribuindo com os funcionários de nosso Estado.

O SR. IVO THOMAZONI – Nobre Deputado, inicialmente, é difícil identificar um jornal como arenista ou emedebista, portanto, estaríamos duvidando da imprensa livre neste País.

Eu segundo lugar, Sr. Deputado, desta tribuna eu me permiti tão somente o direito de defender os funcionários do Poder Legislativo. V. Exa. cita um fato e eu refuto. a Senhora Alvarez não é funcionária do Quadro da Assembléia Legislativa. Não percebe pelos cofres do Poder Legislativo do Estado do Paraná. E eu me permito até lançar um repto a V. Exa. se essa Senhora recebeu, em qualquer época, qualquer importância deste Poder, eu dou a mão à palmatória, e saio da tribuna certo que V. Exa. tem razão, e eu que estava errado.

Ocorre, eminente Deputado, que os Srs. Deputados do MDB e da ARENA, convencionaram, num acordo de cavalheiros, com o Poder Executivo – que não é o caso em tela, porque essa Senhora é funcionária do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, se o Presidente daquele Poder houve por bem deixar essa Senhora à disposição de um Sr. Deputado, quero crer que nenhuma culpa repousa sobre o Quadro de Funcionários desta Casa. Pelo contrário, cabe responsabilidade ao Sr. Deputado requisitante, a ele caberá a fiscalização do cumprimento ou não, do horário estabelecido para a funcionária daquele Poder, trabalhar e fazer jus aos vencimentos que recebe por lá.

Quero significar, eminente Deputado que os funcionários do quadro próprio da Assembléia Legislativa, aqueles que foram diretamente atingidos pela crítica, são exatamente aqueles que estão a protestar contra a existência de fatos semelhantes a esses a que V. Exa. se referiu.

Por esta razão é que me encontro na tribuna e disse, "respeitando o eminente Deputado que fez a crítica", para significar tão somente que os números não correspondem à verdade. Por-

que S. Exa. afirma que este Poder dispõe de 800 funcionários, quando não dispõe sequer de 500. Aduziu mais S. Exa., de que o Congresso Nacional, somando-se as duas casas legislativas, Senado e Câmara Federal, não dispõem de mais de 650. Quando todos sabemos que o Poder Legislativo da União dispõe de cerca de 1200 funcionários.

Era contra a maneira, diria até, insólita de focalizar o problema, é que os funcionários protestaram de maneira respeitosa e nos solicitaram que tão somente fizéssemos o registro da verdade, para que amanhã, quando historiadores forem fazer a história do Paraná, não fique para toda essa classe de servidores exemplares a pecha de classe que não esteja cumprindo com sua missão de levar este Poder a atingir o seu objetivo de bem servir à coletividade paranaense.

Esta razão a que me trouxe à tribuna e também para dizer que todos nós deputados estaduais estamos a clamar por uma assessoria melhor dos nossos gabinetes de trabalho. Quantas vezes nas reuniões de bancada temos defendido a tese de que este poder Legislativo, a exemplo do que ocorre na Assembléia do Rio Grande do Sul, e também de Santa Catarina, mais recentemente, possam os Srs. Deputados abrir mão da assessoria de funcionários do quadro próprio da Assembléia Legislativa, para deixá-los nas lides mais administrativas da Casa, para que se dê competência à Mesa de contratar pelo regime de CLT, assessoria capaz de, por prazo determinado, pelas escolhas diretas dos Srs. Parlamentares, a contratação de pessoal capaz de, conhecendo e identificando nossas bases eleitorais os prefeitos, vereadores, professores, comerciantes e industriais, os trabalhadores com vivência na amizade e no conhecimento pessoal, com cada deputado. então sim, assessorar, o deputado no atendimento às partes.

Para que nós pudéssemos deixar os funcionários da Casa vinculados aos setores da administração propriamente dita. É um ponto de vista que sempre defendemos e que infelizmente, razões de ordem superior, têm obstado essa conquista já alcançada por outras casas legislativas de outras unidades da federação. Era o que me cabia, Sr. Presidente.

O SR. LÚCIO MACHADO – V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Analizando o inteligente pronunciamento de V. Exa., aliás todos eles sempre mereceram o nosso mais alto respeito visto a sua capacidade inerente, a sua capacidade manifesta em todos os seus pronunciamentos, admiramos que V. Exa. tenha cometido uma injustiça quando acusa o deputado de nossa bancada de haver se referido aos funcionários dignos, honrados e justos, que aqui, no Poder Legislativo, comparecem na constância de todos os dias para prestar os seus trabalhos como funcionários.

Cometeu injustiça V. Exa. porque o deputado se referiu ao grande número de funcionários existentes neste Poder que não fez, não faz e não vai fazer outra coisa se não comparecer à Tesouraria da Assembléia Legislativa para receber os seus vencimentos.

O deputado que V. Exa. acusa da tribuna fez nobre líder do governo e da bancada governista, uma advertência ao pensamento e ao sentimento de justiça principalmente ao poder representativo da executiva desta Casa porque, se medidas não forem tomadas, os funcionários que honram e dignificam esta Casa com seu trabalho na constância de todos os dias, talvez amanhã vão denunciar a quem de direito, porque quando um deputado denuncia fatos desta natureza vem V. Exa., injustamente, acusá-lo perante esta Assembléia Legislativa.

Continuo admirando V. Exa., deverei admirá-lo sempre pela sua cultura, inteligência e capacidade de manifestação, apenas o crítico quando comete injustiça desta natureza e o faço, neste momento, porque aqui não se encontra o Deputado que V. Exa. acusa, porque se aqui estivesse saberia se defender porque se expressou de uma forma completamente contrária à acusação que faz V. Exa. nesta oportunidade.

Agradeço o aparte que me foi possível dar.

O SR. IVO THOMAZONI — Inicialmente, Deputado Lúcio Machado, devo dizer a V. Exa. que não acusei ninguém. V. Exa. está dizendo que estou acusando o Deputado Scarpelini, V. Exa. está faltando com a verdade. Estou fazendo referências e desculpei o deputado por dizer desta tribuna, e disse que deve ter feito essa afirmação no calor dos debates, sem se ater à gravidade do que disse. A afirmação é dele, textuais, notas taquigráficas... tem mais de 800 funcionários e ninguém aparece aqui para trabalhar. O Ato Institucional nº 5"... e daí para fora.

V. Exa. está cometendo uma injustiça para comigo Deputado Lúcio Machado. Não acusei e não faria nunca uma injustiça destas. Disse que o que foi dito não corresponde com a verdade e foram ofensivas a uma classe operosa. Já fui 1º Secretário deste Poder e sei do poder da capacidade dos funcionários desta Casa. Sei quanto dão de si para possibilitar a este Poder o desenvolvimento de suas atividades sem interrupção.

Por esta razão não me permitiria vir a esta tribuna para tecer críticas a qualquer deputado na sua ausência, mas não me force V. Exa. a dizer daqui quantas faltas tem cada deputado, quantas faltas cada deputado pede para que sejam abonadas nos termos do Regimento Interno, porque se não, nós estaremos sempre sujeitos a não poder vir à tribuna para, como no caso presente, tentar fazer justiça quando não estiver presente aquele que cometeu a injustiça.

O SR. JOÃO CIONI NETO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, por ocasião da introdução do pronunciamento de V. Exa. há pouco, nós tivemos a oportunidade de conhecer algo que desconhecíamos, porque no próximo dia 8 passado não estávamos em plenário e conseguimos entender, segundo suas palavras, nobre Deputado, e agora, comprovado por esta leitura que V. Exa. acaba de fazer, que, os Srs. funcionários desta Casa não agiram e não agem de acordo com a nossa vontade, e sobretudo não arcam com as responsabilidades de seus deveres. Mas quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para dizer que em Umuarama deixamos, filhos, irmãos, amigos e funcionários que nos atendiam muito bem, e por ocasião de nossa posse aqui nesta Casa de Leis tivemos a felicidade de conhecer novos amigos, novos companheiros de todas as horas, que nos atendem magnificamente bem. Por isto é que nesta hora nós comungamos com o pensamento e o sentimento de V. Exa., para externarmos os nossos agradecimentos a estes companheiros, amigos que encontramos nesta Casa. Que continuem a trabalhar e a atender desta maneira, só assim poderemos chegar ao término de nosso mandato em 1978, coroados de êxito, nós Deputados e os Srs. Funcionários desta Casa Legislativa.

A V. Exa., Sr. Deputado, que tomou a iniciativa de defendê-los, a nossa admiração e, aos Srs. Funcionários que tão bem nos atendem, os nossos agradecimentos e as nossas considerações.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado, aparte que enriqueceu não a defesa que eu pretendi fazer, mas tão somente o pedido de transcrição da manifestação de desagrado, que estão tomados os Srs. Funcionários deste Poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu consultaria à Mesa, Sr. Presidente, quanto de tempo resta?

O SR. PRESIDENTE — 25 minutos.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 51/74, de autoria do Deputado Antonio Belinatti, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 70/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 23/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o valor de pensão mensal estipulada para as viúvas de ex-Presidentes, ex-Interventores e ex-Governadores do Estado do Paraná, fixado na Lei nº 6468, de 18 de outubro de 1973 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 178/74, de autoria do Deputado Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Benéfico da Paróquia de São Cristóvão, cidade de Cascavel. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 40/75, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), da cidade de Medianeira. Pareceres favoráveis da CCJ, e CF. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 52/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 102/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de Cambira, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública naquela comuna. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 24 de janeiro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas e o município de Cambira, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 25 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) IVAN RUPPEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 102/75

Autor: PODER EXECUTIVO
PARECER

I — Em obediência a dispositivos constitucionais, o Senhor

Governador encaminha a esta Assembléia Legislativa, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas e o Município de Cambira, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

II Conforme dispõe o artigo 47, item IX, da Constituição Estadual, celebrar Convênio é da exclusiva competência do Senhor Governador "ad referendum" da Assembléia Legislativa.

III Em assim sendo, oferecemos parecer favorável ao plano de lei em exame, obedecido os termos do Projeto de Resolução anexo

É o parecer

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) IVAN RUPPEL - Relator

1ª DISCUSSÃO do projeto de lei nº 189/74, de autoria do Deputado Wilson Brandão, que dispõe sobre licenciamento ou afastamento de servidores do Estado no que tange a parágrafo 4º do Artigo 9º do Decreto 12.491, de 05 de outubro de 68. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. - COM SUBSTITUTIVO. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 189/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A.

Art 1º Aos servidores do Estado licenciados ou afastados sem vencimentos e os que deixarem de sofrer descontos em seus vencimentos, por qualquer motivo, inclusive os que pretendem reassumir o cargo, mas que não tiverem cumprido o disposto no parágrafo 4º, do art. 9º do Decreto 12.491, de 05 de outubro de 1968, é permitido o pagamento das contribuições devidas ao IPE em 12 (doze) parcelas mensais iguais consecutivas desde que o requeram no prazo de trinta (30) dias a partir desta lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de novembro de 1974.

a) WILSON BRANDÃO.

O presente plano de lei visa remover as dificuldades impostas aos servidores do Estado, alçados pelo disposto no § 4º, do art. 9º, do Decreto 12.491, de 5/10/68, que estabelece: "os contribuintes que deixarem de sofrer descontos em seus vencimentos, por qualquer motivo, deverá recolher suas contribuições diretamente à Tesouraria do Instituto, aplicando-se o disposto no § 3º, do art. 4º do Decreto 14.585, de 30 de março de 1964, caso não efetuem o débito total acrescido da multa, no primeiro vencimento a receber".

Atualmente é elevado o número de servidores alçados pela sanção prevista no mencionado dispositivo.

Assim sendo, nada mais justo, que se mitigue, por algum tempo, o rigor da legislação previdenciária do Estado, permitindo o recolhimento das contribuições em atraso devidos ao IPE em 12 parcelas mensais, iguais e consecutivas desde que o requeram no prazo hábil.

Daí o projeto que ora submetemos ao estudo esclarecido dos nobres Pares, certo de que, uma vez aprovado e sancionado pelo Chefe do Poder Executivo, estará o servidor em melhores condições de saldar os débitos devidos ao IPE e ao mesmo tempo possibilitando o retorno de muitos deles ao exercício de suas funções.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 189/74

1. É de inteira procedência a iniciativa do ilustre Deputado

subscritor do projeto em exame, através do qual busca possibilitar o pagamento parcelado de contribuições em atraso devidas ao IPE por servidores públicos.

Pela regulamentação em vigor, tais contribuições deverão ser recolhidas de uma vez só, mediante desconto em folha, forma que, conforme o caso, poderá ser extremamente onerosa para o servidor

Ressalte-se que até mesmo o INPS admite parcelamento de contribuições em atraso, razão não assistindo o órgão previdenciário estadual na estipulação da norma tão rigorosa.

2. Não existe óbice legal algum à aprovação do presente projeto, quanto à sua substância.

No tocante a sua forma, contudo, merece alguns reparos a justificar a elaboração do substituto geral, a fim de que a idéia de seu autor não se perca. Data venia.

3. De início, não é de boa técnica legislativa a referência, em texto de lei, a decreto. A hierarquia das normas jurídicas, colocando as leis acima dos decretos, está a recomendar este cuidado.

Caso contrário, bastaria a alteração ou revogação do decreto mencionado pela lei, para que esta fosse também alterada ou até mesmo revogada, por tornar-se de aplicação impossível.

4. Doutro lado, ao invés da elaboração de uma lei isolada, melhor seria a incorporação da regra proposta a Lei nº 4766 de 13 de novembro de 1963, que disciplina e estrutura o IPE.

O Decreto mencionado pelo projeto, nada mais é do que o regulamento da citada lei.

Propomos, em substitutivo geral, que pura e simplesmente se acrescente um quinto parágrafo ao art. 12 da referida lei, regulamentando o § 4º, que diz:

"Os contribuintes que deixarem de sofrer descontos por motivo de afastamento do cargo ou função, sem vencimentos, poderão recolher suas contribuições, na forma estabelecida pelo § 2º, do art. 10, sendo-lhes descontado, ao reassumirem, o débito porventura existente"

O § 2º do art. 10, de sua vez, estipula percentual de multa para as contribuições em atraso.

5. Assim sendo, somos pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º O art. 12, da Lei 4766, de 13 de novembro de 1963, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 5º - O desconto a que se refere o parágrafo anterior, a requerimento do contribuinte, será parcelado em 12 vezes."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 189/74

Acatando a sugestão da douta Comissão de Constituição e Justiça, somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto na forma do Substitutivo Geral, em anexo, atendendo em mais um grande benefício a ser estendido ao Servidor Público do Estado.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, referente à distribuição de medicamentos encaminhados ao município de Ribeirão do Pinhal. – **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3ª DISCUSSÃO dos Projetos de Lei nºs 178/74 e 40/75.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução nº 52/75 e do Projeto de Lei nº 189/74.

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 131/73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 425/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7664, de 5 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE :

conceder a NEY RODRIGUES, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de Saúde, a partir de 1º de julho de 1975, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 426/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE :

I – revogar o item II da Portaria nº 257/75, de 16 de maio de 1975, que coloca à disposição da Diretoria Geral o funcionário GILBERTO FELIX DA SILVA, ocupante do cargo de Secretário de comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II – relatar o funcionário acima citado, no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 6 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 427/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE :

retificar a Portaria nº 341/75, de 7 de julho de 1975, que autoriza a funcionária MARIA DOLORES DOS SANTOS, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a dezesseis, sessenta e sete por cento e não como consta naquele ato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 428/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7513/75, de 31 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, a ALCEU ALVES PASSOS, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 429/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

revogar, a Portaria nº 233/75, que concede férias referentes ao exercício de 1975, a DURCÍLIA PRESTES DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível PL "19", de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 430/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7408/75, de 28 de julho de 1975, deste Poder.

RESOLVE

designar, GLACYR ANDRADE DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Departamento Administrativo, na Divisão de Serviços Gerais, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 431/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7531/75, de 31 de julho de 1975, deste Poder.

RESOLVE

designar, ROBERTINE VIANA BAGIOLI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Departamento Administrativo, para prestar serviços no Telex, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 432/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7489/75, de 30 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE

designar, JOÃO KLEINEIBING, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral